



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação trimestral do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Setembro de 2011 – R\$ 3,00

2ª Conferência Internacional do Cerqui

A natureza da crise estrutural do capitalismo

Resolução Internacional

**Pela vitória da luta
estudantil chilena!**



**Intervenção imperialista possibilita
a derrubada do governo Kadafi**



Internacional

Apresentação

Este Boletim Internacional expressa a decisão de retomar os trabalhos organizados e centralizados no Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Há compreensão comum das seções de que a crise proveniente da divisão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário argentino ficou para trás. Por sua vez, a organização brasileira avançou na tarefa de se constituir como partido-programa e desempenha uma militância ativa no seio dos explorados, ainda que embrionariamente. A perda de Guillermo Lora, reconhecidamente, pesa sobre o POR boliviano e no movimento revolucionário internacional.

As condições de desintegração do capitalismo se agravam sob as contradições estruturais do modo de produção burguês. Uma nova situação de profundos conflitos das classes antagônicas e entre nações se abriu com a crise econômica de 2008. Verificamos o ataque generalizado da burguesia às condições mais elementares dos explorados. As potências que vinham exibindo uma artificiosa bonança se precipitaram na queda econômica e expuseram a falência dos Estados nacionais. A cruzada burguesa do chamado “desenvolvimento sustentável” e de “inclusão social” ruíu como castelo de cartas.

Na realidade, 2008 constituiu apenas um marco da eclosão da crise estrutural que vinha se acumulando anteriormente. Uma de suas manifestações era e é o impulso das tendências bélicas do imperialismo. As guerras de ocupação no Afeganistão e Iraque marcaram uma década de ofensiva das potências contra a autodeterminação das nações oprimidas. Essas tendências se projetam na intervenção militar da OTAN contra a Líbia. Há uma clara movimentação das frações da burguesia internacional que indica a agudização dos choques entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial estreitado pela superprodução.

Não há como os mais poderosos Estados e governos evitarem a destruição de forças produtivas, que incluem a força de trabalho. Não há como encontrar solução para a contradição entre a massa de capital financeiro parasitário e a produção que não seja a eliminação de riquezas e a explosão da pobreza e miséria das massas. A via de preservação do capitalismo financeiro-monopolista é a da barbárie social. É o que demonstraram as duas guerras mundiais, o nazismo e o fascismo.

Mais cedo do que se poderia prever, o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética (URSS), Leste Europeu e China se revelou limitado quanto às necessidades do grande capital mergulhado na crise estrutural. Se bem que a China, principalmente, serviu e serve de escora para a desintegração das relações capitalistas de produção e comércio, forma parte dos desequilíbrios mundiais e como um dos protagonistas no conflito entre o mercado mundial e as fronteiras nacionais. Despontou no horizonte como um importante fator da crise e, portanto, em rota de colisão com as potências, especialmente com os Estados Unidos.

A restauração capitalista, sem dúvida, é um poderoso instrumento de sustentação do capitalismo putrefato. Vem eliminando as conquistas mais avançadas do proletariado mundial. A recuperação da propriedade privada dos meios de produção pela burguesia e o desmonte do Estado Operário impõem um dos retrocessos históricos mais significativos que a humanidade já conheceu.

A degeneração da ditadura do proletariado na ex-URSS e a sua destruição pelo estalinismo restauracionista interrompeu a marcha da revolução proletária mundial e liquidou a III Internacional. O Partido Mundial da Revolução Socialista, constituído sobre a base do programa e da organização da III Internacional, resultou na obra mais avançada do proletariado na encarnizada luta de classes. Confirmou a relação entre o programa do bolchevismo, materializado na conquista do poder pelo proletariado, com o programa da III Internacional.

A revisão estalinista do internacionalismo marxista-leninista no seio do Estado Operário concluiu com a liquidação da III Internacional. Foi

um golpe mortal na organização mundial do proletariado, que a IV Internacional não pôde superar. O nacional socialismo, encarnado pela burocracia estalinista, serviu ao capitalismo substituindo, no mundo todo, os partidos comunistas. Mas a restauração, prevista por León Trotsky, não pôde e não poderá eliminar a experiência histórica do proletariado mundial que se concentra no programa e na teoria do socialismo científico.

A crise de direção consiste na liquidação do partido bolchevique, da III Internacional e dos partidos comunistas, mas não na da experiência e do programa do proletariado mundial, que revelam as leis históricas de destruição do capitalismo. A retomada da crise em um alto patamar e a atual manifestação das leis econômicas e sociais, que levaram a duas grandes guerras, colocam à luz do dia a justeza e vitalidade do programa da revolução e ditadura proletárias.

A vanguarda que trabalha pelo socialismo necessariamente parte do programa marxista estabelecido pelo Manifesto do Partido Comunista, pelos documentos dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista e pelo Programa de Transição da IV Internacional. O trotskismo encarnou a continuidade do internacionalismo nas condições de revisão estalinista, de restauração capitalista e de contrarrevolução burguesa.

O Comitê de Enlace não é mais uma das organizações que se reivindicam da IV Internacional. Organiza-se em torno do Partido Operário Revolucionário da Bolívia que se armou com o programa, se formou na brutal luta de classes nacional e internacional e se contrapôs aos revisionistas do Programa de Transição.

Os dez anos de funcionamento do Comitê de Enlace com a direção do POR boliviano, sob a responsabilidade de Guillermo Lora, reúnem documentos e posições que confirmam o empenho e a correção de reconstruir a IV Internacional aplicando o Programa de Transição às particularidades nacionais e à situação internacional. A recuperação do terreno perdido em consequência da vitória do estalinismo contra o trotskismo no seio do Estado Operário soviético não se improvisará. Resultará de um árduo trabalho de militantes marxistas dedicados a organizar os partidos-programas em seus países, sob os fundamentos do internacionalismo proletário.

Não há como iniciar a construção do partido em qualquer país sem se buscar as causas da crise de direção e sem se colocar por assimilar as experiências do internacionalismo marxista-leninista-trotskista. Como não há também a possibilidade do experiente POR da Bolívia levar o proletariado à vitória sem que se organize internacionalmente, ou seja, sem agir como alavanca no processo de reconstrução da IV Internacional.

A luta de classes em nossos países e em nível mundial indica, em maior e menor grau, que as massas instintivamente procuram a via da revolução socialista – chocam-se objetivamente contra a propriedade privada dos meios de produção, com a classe capitalista e com a ordem imperialista. O que torna mais evidente a crise de direção e a necessidade de superá-la.

A recuperação do trajeto percorrido pelo Comitê de Enlace e o trabalho coletivo, centralista-democrático, nas novas condições de crise mundial do capitalismo tornou-se imperativo para as seções da Bolívia, Argentina e Brasil. Entre junho de 1988 e fevereiro de 1998, o Comitê de Enlace realizou 19 reuniões, uma Conferência (janeiro de 1990) e um Congresso (julho de 1994). Editou a Revista Revolução Proletária, o Boletim Internacional, aprovou resoluções e realizou campanhas. Trata-se de uma conquista a serviço da reconstrução da IV Internacional. A retomada do Comitê de Enlace permitirá avançar a elaboração coletiva e a militância internacionalista.

Publicamos neste Boletim o Manifesto da 2ª Conferência, realizada nos dias 13 e 14 de agosto de 2011, a Resolução Internacional e a Declaração de defesa das manifestações estudantis no Chile. Agregamos a Declaração do Comitê de Enlace sobre a Líbia.

14 de setembro de 2011

A natureza da crise estrutural do capitalismo

Somos testemunhas de uma profunda queda da economia mundial em todos seus setores e do colapso do sistema capitalista. O mundo olha angustiado à falência do sistema financeiro mundial anunciando à humanidade a eclosão da primeira crise do capitalismo com uma envergadura verdadeiramente “global” e com sequelas diretas em todos os mercados de bens e de capitais dos cinco continentes.

Definitivamente não se trata de uma crise conjuntural a mais. A natureza dos últimos acontecimentos mundiais revela que estamos em presença de uma “crise estrutural” do capitalismo. Esta se caracteriza por um grande excedente de capitais em mãos dos grandes consórcios imperialistas que não encontram aplicação no aparato produtivo mundial devido à concentração da riqueza cada vez concentrada em menos proprietários. Os capitais migram ao setor financeiro especulativo em detrimento do setor “real” ou produtivo.

Toda a lengalenga sobre as bondades de um “novo” mundo “globalizado e tecnológico” são desmentidas pela realidade em que as forças produtivas mundiais, que não deixam de crescer, se chocam brutalmente com a tendência a uma apropriação cada vez mais privada do excedente econômico. O mundo tornou-se mais tecnológico, porém, há mais fome e miséria; os únicos beneficiários das polpudas “rendas tecnológicas” são as gigantes corporações capitalistas.

Não há nenhuma dúvida que estamos nos aproximando dos limites históricos do capitalismo. Já se percebe num futuro imediato, novas e mais profundas crises “globais” do sistema, descarregando sobre as costas dos trabalhadores do mundo suas nefastas consequências. A crise mundial não acabou. Seus maiores efeitos ocorreram nas metrópoles do imperialismo e se está longe de sair da catástrofe. Os elos mais fracos (Espanha, Itália, Grécia, etc.) são fonte de conflitos sociais que podem ter repercussões sobre as metrópoles do imperialismo e sobre os países coloniais.

A economia capitalista mais poderosa, a dos EUA, se desmorona e na sua queda arrasta à economia mundial para uma recessão de consequências catastróficas para os explorados e as nações oprimidas pelo imperialismo.

No limite desta data (2 de agosto), o governo dos EUA que estava a ponto de declarar o “default” – ou seja, sua incapacidade de honrar suas obrigações com os credores de sua astronômica dívida externa de 14 trilhões e 200 bilhões de dólares, igual a 100% do seu produto interno bruto –, conseguiu finalmente que democratas e republicanos entrem em acordo no Congresso para autorizar a elevação do teto de endividamento (autorizar o governo a continuar se endividando mais) e o corte no orçamento de US\$ 900 bilhões. O acordo não inclui nenhum tipo de aumento de impostos aos ricos nem às empresas. O corte afetará à classe operária e à classe média. O déficit fiscal anual dos EUA é de 10% do seu PIB, ou seja, 1,4 bilhões de dólares.

A maior economia do mundo é também a que tem a maior dívida externa e um astronômico déficit fiscal, que não seria tolerado pelo FMI e pelo Banco Mundial em qualquer outro país capitalista atrasado. Fosse esse o caso, imediatamente teriam lhe imposto sanções e duras medidas de ajustamento a custas da vida das massas como atualmente ocorre com a Grécia, por exemplo, ou, como aconteceu com a Bolívia quando se impôs a venda de todas as empresas do Estado e abertura sem restrições ao investimento estrangeiro para o saque das matérias-primas tão cobiçadas pelo imperialismo.

Na prática, há muito tempo os EUA deixaram de ser solventes para pagar a sua dívida externa. Para pagar suas obrigações contrai novas dívidas em troca da emissão de Bonos do Tesouro que se cotizam nas bolsas de valores como parte da espiral financeira especulativa sem respaldo na produção.

A quebra da economia norte-americana é a expressão mais contundente da crise estrutural do capitalismo. Se os EUA se declarasse “default”

e suspendesse o pagamento de suas dívidas, todo o castelo de cartas dos valores fictícios com os que se movimenta a economia especulativa capitalista ruiria provocando uma recessão mundial com consequências desastrosas para a humanidade.

As reservas internacionais bolivianas de onze bilhões de dólares virariam fumaça num instante, os altos preços das matérias primas cairiam abruptamente pela paralisação do aparato produtivo mundial e a precária economia nacional afundaria.

A autorização do Congresso norte-americano para continuar se endividando no resolve o problema do caráter fictício da economia financeira capitalista mundial que opera com astronômicos valores em papéis sem respaldo no que os economistas chamam de “economia real”, quer dizer, a produção de bens. Tarde o cedo o volume total desses valores fictícios terá que equiparar-se aos valores reais dos produtos, com a consequente desvalorização catastrófica das moedas que atualmente jogam um papel de moeda mundial, o dólar e em menor medida o euro.

Na medida em que não se supera a crise estrutural do sistema pela via da revolução social, a “superação” circunstancial das crises só pode se processar mediante a destruição periódica das forças produtivas, particularmente da força de trabalho (seu componente fundamental), o fechamento de fábricas, a demissão massiva de trabalhadores, a precarização das condições de trabalho, a perda de conquistas sociais, o desenvolvimento de forma de super-exploração da força de trabalho, etc. e, em determinadas condições, a guerra como cenário de uma gigantesca destruição de homens e recursos. Esta destruição periódica é condição essencial para a sobrevivência do sistema capitalista em sua etapa de decadência.

Em contrapartida, se produzirão grandes mobilizações sociais em nível mundial como resistência à barbárie capitalista, mas a resistência das massas tropeça com o grave obstáculo da ausência de uma direção revolucionária proletária que coloque a perspectiva da revolução socialista mundial para acabar com a barbárie capitalista e emancipar as forças produtivas para atender as necessidades do conjunto da humanidade sobre a base da propriedade social dos meios de produção.

As forças produtivas emancipadas do interesse da ganância, da mesquinha burguesa, poderão utilizar toda a capacidade tecnológica moderna para satisfazer as necessidades do conjunto da sociedade e libertar o homem da exploração capitalista.

O dilema que a humanidade enfrenta é: ou somos destruídos pela voragem capitalista que arrasta à humanidade a uma verdadeira época de barbárie moderna, ou encaramos a tarefa da “revolução socialista mundial” como única saída revolucionária para os explorados do mundo.

A revolução em qualquer país é parte inseparável da revolução internacional. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional trabalha para que o partido dos explorados e oprimidos tome o poder à frente dos explorados e subjugados que buscam se emancipar.

Sabemos por experiência própria e pela vivida em outros lugares que a sociedade comunista (baseada na propriedade social dos meios de produção, sem Estado escravizador do ser humano, em que cada um aportará à sociedade segundo suas capacidades e receberá dela tudo que precisar para satisfazer suas necessidades, tendo desaparecido as fronteiras nacionais) tem que ser necessariamente internacional, não pode se realizar numa região isolada e rodeada de países capitalistas.

Sua sorte está determinada pelas dificuldades e pelos caminhos que percorram os movimentos operários revolucionários mundiais.

Na atual situação de crise do capitalismo e de rebelião dos povos oprimidos e os trabalhadores de todas as partes do mundo, torna-se urgente a reconstrução da IV Internacional como partido marxista-leninista-trotskyista capaz de orientar a luta pela revolução mundial.

Cochabamba, 13 de Agosto del 2011

Resolução Internacional

1. As greves em vários países da Europa indicam uma nova etapa na luta de classes mundial. O que as distingue de conflitos e choques anteriores é o fato de responderem às medidas antioperárias comuns dos governos movidos pela crise econômica que eclodiu em 2008, por se generalizarem para países como a França, Espanha e Grécia e assinalarem o mesmo caminho à Itália, Inglaterra, Portugal etc. As direções burocráticas e conciliadoras dos sindicatos e Centrais estão sendo obrigadas a refletir as pressões das massas que não aceitam passivamente pagar pela derrocada da economia capitalista. Trata-se de uma etapa de resistência instintiva aos ataques a direitos trabalhistas do proletariado europeu e dos demais explorados. A debilidade do atual processo reside no fato de não estar presente a política revolucionária do proletariado (partido-programa) no seio das massas em luta. Certamente, não se trata de uma ofensiva inédita contra conquistas sociais. Na Inglaterra, o governo de Margaret Thatcher introduziu o ciclo de reformas neoliberais e o governo trabalhista de Tony Blair garantiu sua continuidade. Para isso, Thatcher teve de enfrentar com mãos de ferro a longa greve dos mineiros (1985) e derrotá-la. A crise estrutural do capitalismo praticamente igualou conservadores e trabalhistas. Os ataques do thatcherismo e do trabalhismo deram um fôlego curto à economia inglesa. Hoje, se depara com as mesmas contradições, ainda mais potencializadas. Sob a condução dos conservadores, depois de 11 anos de trabalhismo, os trabalhadores britânicos estão em melhores condições políticas para o enfrentamento dos ataques, embora carecendo da direção revolucionária. Os socialistas franceses (PS) esboçaram, no início de 1980, um caminho distinto dos conservadores ingleses, com algumas estatizações, concessões trabalhistas e protecionismo social. O governo de Mitterrand logo fez a virada neoliberal, em nome da integração européia e do controle inflacionário. O socialista Lionel Jospin se encarregou de desestatizar; e, em troca, aceitou reduzir a jornada de trabalho (39 para 35 horas), contudo piorando as condições salariais. A greve do funcionalismo contra novas medidas antipopulares, em 2005, sob o governo direitista de Jacques Chirac (RPR) assinalou uma tendência das massas a resistirem aos ataques ganhando as ruas. Nesse mesmo ano, impõe-se o Estado de Emergência diante do levante juvenil nos bairros pobres e de imigrantes discriminados. No ano seguinte, as greves nos transportes e agitação popular derrubaram uma nova investida contra os direitos trabalhistas, sob a justificativa de abrir empregos para a juventude. Os protestos continuam contra a lei de imigração. No entanto, a maioria continuou a rechaçar eleitoralmente o PS, dando a vitória a Nicolas Sarkozy. Retomam-se, imediatamente, a lei discriminatória contra os imigrantes, os cortes de direitos trabalhistas e de demissão de trabalhadores na rede pública de educação. As massas voltam às ruas em várias situações. A eclosão da crise mundial afeta ainda mais o desemprego na França. As Centrais sindicais se veem obrigadas a lançar um movimento de conjunto contra os planos de Sarkozy de descarregar as consequências da recessão sobre as massas, já no início de 2009. Gigantescas manifestações de rua se chocam com a política econômica do governo direitista e põem em marcha um vigoroso movimento contra o desemprego que se aproxima de 10%. O choque com o governo se amplia e se aprofunda em outubro de 2010 perante a reforma da previdência. Indica que a crise abriu uma nova etapa da luta de classes, com a confluência de vários setores da classe média, da juventude e do proletariado. A intervenção dos petroleiros

e portuários imprimiu no movimento de massa o caráter proletário da resistência.

2. A crise mundial não atingiu todos os países com a mesma magnitude. Um conjunto de países de economia atrasada – China, Índia, Brasil etc – sofreram abalos, mas não mergulharam na recessão. As contradições do capitalismo internacional manifestaram-se de forma mais arrasadoras nas potências. A medida de sua extensão e profundidade está exposta na destruição em grande escala de postos de trabalho nos Estados Unidos, por onde a economia mundial começou a desmoronar e até o momento não foi debelada. A gigantesca intervenção do Tesouro e do Banco Central norte-americanos para conter a quebra do sistema financeiro e bloquear as tendências recessivas não evitou que a bancarrota se manifestasse em suas fronteiras e se expandisse poderosamente na Europa. O que impôs aos Tesouros nacionais despejarem uma montanha de euros para salvar grandes bancos e empresas, evitando provisoriamente as falências em cadeia. A ação generalizada dos Estados nacionais de escorar o sistema financeiro com trilhões de dólares, porém, apenas adiou o processo de quebra. À burguesia, não foi possível atuar sobre as causas fundamentais da crise, que se encontram nas contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção capitalistas sob a forma monopolista predominante, bem como as que opõem as fronteiras nacionais e o mercado mundial. A superprodução é uma resultante de tais contradições, movidas pelas leis de funcionamento da economia baseada na produção social e na apropriação privada. Não era sustentável o aquecimento geral da economia dos últimos anos. Os artifícios financeiros que empurravam o crescimento entraram em choque com a base material da produção e do mercado. Começaram a desmoronar com o fim da orgia hipotecária nos Estados Unidos do setor imobiliário. Mas o fenômeno não se circunscrevia à economia norte-americana e nem ao setor imobiliário. O surto mundial de crescimento da década ocorria alicerçado no amplo endividamento da população e no frenético jogo especulativo. O uso de avançada tecnologia, por sua vez, intensifica a capacidade produtiva, muito além da capacidade dos mercados internos das potências e do mercado mundial. Como expõe o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, já em meados do século XIX, “as relações de produção burguesas se tornaram demasiadamente estreitas para conter as riquezas criadas em seu seio.” A intervenção dos Estados para proteger o capital financeiro e grandes empresas evitou que o curso da crise resultasse em destruição maciça de mercadorias já produzidas e de forças produtivas. Não há outra saída para a crise de superprodução, no âmbito do capitalismo, senão desafogar a produção liquidando parte da riqueza existente e da capacidade de produção ascendente. Ao não fazê-lo, os Estados contraíram mais dívidas e aumentaram os déficits fiscais. Uma enorme quantidade de capitais excedentes foi resguardada à custa de uma pesada sobrecarga dos Tesouros. A bancarrota do Estado grego expôs a ponta do iceberg na Europa. A tese de que é preciso afrouxar ainda mais nas esferas fiscal e monetária e despejar mais recursos estatais na economia para se retomar o crescimento mundial é absurda. O problema se encontra no excesso de produção frente a um mercado saturado, que não tem como ser potencializado com mais dívidas. Nas potências, é visível o curso da destruição de forças produtivas. É o que atestam as tendências recessivas imperantes, a queda no mercado mundial e o desemprego em alta.

3. A guerra comercial é um sintoma da superprodução e das tendências do capitalismo de destruir parte das forças produtivas. Nas crises comerciais periódicas do século XIX, Marx refere-se, no Manifesto, as saídas procuradas pela classe capitalista: “Como a burguesia vence a crise? De um lado, pela inevitável destruição de uma massa de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos”. Trata-se, portanto, de condições dadas pelas leis de funcionamento do capitalismo, que levam a crises cada vez mais potentes, que, uma vez debeladas pela liquidação de forças produtivas e exploração dos mercados, preparam crises mais violentas. Os meios disponíveis de a burguesia prevê-las e de antecipar medidas a fim de evitar sua contundência se tornam mais e mais escassos. As crises mundiais do século XX, com o capitalismo na fase última de desenvolvimento na forma do imperialismo, resultaram nas duas guerras mundiais. Os métodos e meios econômicos da época liberal frente às crises se mostram limitados. A burguesia imperialista dá-lhes continuidade e eficácia por outros métodos e meios – o da guerra comercial passando para a guerra bélica de conquista de mercados. A vasta e brutal destruição de riquezas e vidas humanas na 2ª Guerra – mais gigantesca que a da 1ª Guerra – solucionou a crise de superprodução por um período. As crises que se tornam mais e mais potentes se convertem em fonte de barbárie. A reconstrução do capitalismo do pós-guerra parecia que havia deixado para trás as crises da magnitude da primeira década do século XX e da que eclodiu em 1929, prolongando-se até a guerra em 1939. As inúmeras crises ocorridas a partir da década de 1970 foram equacionadas momentaneamente. De fato, expressavam o acúmulo das contradições e desequilíbrios que confluíam para a atual débâcle. A burguesia admite que está diante de uma crise distinta das anteriores por sua extensão, por eclodir a partir das potências e por ter características similares a de 1929. Suas teorias e instrumentos econômicos há muito guardam relação distante e deformada com as leis da produção e distribuição. Não têm como atuar de forma planejada sobre a anarquia da produção social, que se impõe e determina o curso do fenômeno da superprodução. Sob impacto da crise, sobrelevam-se o empirismo e o aventureirismo, movidos pelos Estados e pela classe capitalista. Medidas que recrudescem os impasses e desequilíbrios mundiais. O divórcio entre uma fabulosa massa de capital financeiro e a produção empurra a burguesia a aventuras especulativas que terminam em quebras no sistema produtivo. O manejo com as taxas de juros, de câmbios e salários se dá ao sabor de interesses particulares de setores e países. O fato das potências praticarem taxas quase que negativas de juros e terem abundante capital financeiro disponível expõem o elevado grau de saturação dos seus mercados internos e a necessidade de disputarem os mercados com a guerra comercial. Conforme a crise recrudescer no interior das fronteiras nacionais, mais se manifesta em forma de choque a contradição destas com o mercado internacionalizado. A superprodução e as tendências de quebra nos ramos monopolizados opõem um país aos outros. As tentativas de coordenar ações comuns fracassam – a não ser a entrega aos banqueiros e empresários de somas elevadas do Tesouro. Uma ação comum em torno do equilíbrio cambial, das balanças comerciais e do controle da atividade especulativa do capital financeiro teria de se dar sob a orientação dos Estados Unidos e de sua aliança com alguns membros da ordem imperialista. É o que ocorre com a OMC – os Estados Unidos não têm de cumprir as cláusulas que regulam o protecionismo, praticam impunemente o protecionismo. Nesse quadro, agrava o contencioso entre a mais poderosa nação imperialista e as demais nações, evidentemente em graus distintos de exigências.

4. A polarização mundial tem se constituído entre Estados Unidos

e a China restauracionista. Na medida em que a economia norte-americana se estanca e retrocede em sua participação internacional, mais avulta a interdependência construída nas últimas décadas e mais se aguçam as contradições. A burguesia norte-americana considera que já passou o momento da China manter seu amplo mercado interno fechado, continuar a inundar o mercado com produtos relativamente mais baratos, usufruir das vantagens de uma abundante força de trabalho de baixo custo, exercer uma rígida centralização estatal da política econômica e sustentar o atrelamento quase que fixo da moeda nacional ao dólar. Esse “modelo” que serviu e serve ao processo de restauração capitalista está esgotado no quadro da crise geral e da particular dos Estados Unidos. Foi importante para dinamizar a economia de mercado no mais populoso país, para se utilizar do atraso das forças produtivas internas e permitir a entrada das multinacionais. E, inclusive, para financiar parte do endividamento do Tesouro e da população norte-americana com fantásticas somas provenientes do acúmulo de reservas cambiais. Os Estados Unidos necessitam aumentar as exportações. O crescente endividamento do Tesouro e déficit da balança comercial vem se tornando um peso insuportável, sob as novas condições abertas pela crise. A taxa do desemprego poderá ultrapassar os 10% caso persista a estagnação. Internamente, cresce a pressão para que o governo Obama impulsione uma ofensiva contra o protecionismo chinês. Na realidade, a questão é mais ampla. A ofensiva não se limita à China. A denominada “guerra cambial” expressa a extensão das contradições que envolvem a economia mundial e singularmente a da Norte-América. O endividamento público e privado, bem como o déficit da balança comercial, reforçados pelos gastos com a bancarrota, força a desvalorização do dólar. Contribui para os desequilíbrios o portentoso gasto improdutivo com as guerras do Iraque e Afeganistão, o vultoso orçamento do Pentágono, necessário para manter bases militares e “ajudas” a governos pró-imperialistas (Colômbia, Afeganistão, etc.). A enxurrada de dólares emitidos pelo Banco Central, que tem o monopólio da emissão, expõe a profundidade da crise e indica o curso da crescente guerra comercial. A tensão converge para a China e o imperialismo faz uma cruzada para que o governo abandone o controle cambial. No entanto, a desvalorização do dólar não se deve ao Yuan atrelado, mas ao retrocesso da economia sobre a qual o dólar como unidade de valor está ancorado. O Japão estagnado e deflacionário, a Coreia do Sul e o Brasil que ainda mantêm o crescimento têm sido obrigados a tomar medidas contrárias à valorização excessiva de suas moedas. O fenômeno vem pressionando o euro. A Alemanha exportadora constitui, ao lado da China, igualmente um alvo da diretriz norte-americana que prevê a redução dos grandes superávits comerciais, não só exportando menos como importando mais. Países frágeis, como o Brasil, pagam alto preço pela valorização artificial de suas moedas. Timothy Geithner, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, lançou o balão de ensaio de um mecanismo que estabelece um limite tanto para o déficit quanto para o superávit em conta corrente, da ordem de 4% do PIB. Evidentemente, tal norma atingiria principalmente os grandes exportadores, como China, Alemanha e Japão e favoreceria em grande medida os Estados Unidos. A reação negativa era esperada. Mas seu objetivo é o de manter a ofensiva dos Estados Unidos de descarregar parte de sua crise e justificar medidas que levam à desvalorização do dólar e à depreciação dos salários dos trabalhadores norte-americanos.

5. A necessidade de o capitalismo destruir massivamente forças produtivas potencializa as tendências bélicas e o confronto entre países. É bom sublinhar que a indústria militar e o armamentismo são

intrínsecos ao capitalismo e cumprem um papel fundamental na sua fase imperialista. A máscara de pacifismo do governo Barack Obama se dissolveu já na elaboração do orçamento de defesa. Os invasores do Iraque devastaram o país, gastaram uma fortuna e provocaram uma mortandade. Ainda assim, não puderam estabilizar seu domínio. A retirada parcial das forças de ocupação representou uma derrota. No Afeganistão, ocorre o mesmo. O objetivo anunciado como justificativa da invasão do país dos Talebans era o de liquidar Al Qaeda e seu líder. Passaram-se 10 anos sem que o objetivo fosse cumprido. Obama reforçou o contingente militar na região, embora não tenha como destruir a resistência afegã. As invasões do Iraque e Afeganistão servem de meio para escoar parte do arsenal estocado e manter as encomendas do Pentágono à indústria bélica. A ofensiva diplomática e econômica contra o Irã, objetivando impedi-lo de exercer o direito de ter um programa nuclear independente, prepara o caminho para um ataque militar, a depender do desenvolvimento do conflito e da situação política mundial. O Golfo Pérsico tem sido um importante mercado de armas, abastecido principalmente pelos Estados Unidos. A Arábia Saudita, com seus rendimentos petrolíferos, serve à diretriz do imperialismo de armar uma nação contra outra na região. Os Estados Unidos atuam por cima do impasse histórico em torno do Estado sionista de Israel e da criação do Estado palestino, da animosidade de xiitas e sunitas etc. O anúncio do contrato de venda de armamentos ofensivos para os sauditas, no valor de 60 bilhões de dólares, é reflexo das tendências bélicas no Oriente Médio. A questão nuclear concentrada em torno do Irã e da Coreia do Norte, na realidade, é mais ampla e vem se potencializando mais recentemente com a presença mais ostensiva de outros países. O Japão não esconde suas iniciativas de tornar a Índia mais poderosa frente à China e esta procura influenciar o Paquistão diante da Índia. Acrescenta-se a aproximação da China com o Irã, em função do fornecimento de petróleo. Os inúmeros pactos nucleares, embora muitos deles para fins comerciais, atestam interesses da indústria bélica e constituem determinados elos que favorecem alianças militares. A região do Cáucaso se tornou uma área de disputas entre países e etnias separatistas, surgidas com a desintegração da União Soviética e o processo de restauração capitalista. Por trás das forças centrífugas pró-capitalistas esteve o imperialismo. Na etapa atual da avançada recuperação da propriedade privada dos meios de produção e reconstituição de Repúblicas burguesas, os Estados Unidos e seus aliados da Otan penetraram no Cáucaso e estabeleceram fortificações militares, numa clara confrontação com a Rússia. A tentativa da Geórgia de ocupar a Ossétia do Sul, reivindicando-a como sua província, e resposta russa com tanques de guerra trouxe à luz do dia a presença dos Estados Unidos, que atuam no sentido de debilitar a influência da Rússia no Cáucaso. A Geórgia tornou-se estratégica para o imperialismo norte-americano, haja vista a implantação de uma base militar que capacita os Estados Unidos a atuar militarmente na região, incluindo o Irã. O anúncio de um plano de rearmamento, no valor de 710 bilhões de dólares, pela Rússia corresponde à restauração capitalista e às tendências bélicas da crise. Na África, revelou-se que Obama expandiu as ações secretas em vários países. As operações militares, por meio de aviões não tripulados, vislumbram um extenso raio de ação descrito pela imprensa como um percurso que vai dos desertos do Norte da África ao Paquistão e deste às ex-repúblicas da extinta União Soviética. Na América Latina, considerada distante das operações norte-americanas mais recentes, o armamentismo também está em alta. Duas medidas ganham projeção: a construção de bases militares na Colômbia e a reativação da IV Frota. Indicam que os Estados Unidos necessitam reforçar sua presença militar no continente. O projeto mais au-

dacioso é o de unificar o Atlântico Norte com o Atlântico Sul como uma só área de controle pela OTAN. A busca da “atlantização” corresponde à tese norte-americana de que a soberania de um país se relativizou em grande medida pela “globalização”. O imperialismo ianque não só atua com forças próprias em qualquer parte do mundo como conta com a aliança militar materializada pela OTAN. O avanço dessa força imperialista além do Atlântico Norte ocorre como parte do processo de desmonte da União Soviética e do Leste Europeu, que pôs fim ao Pacto de Varsóvia. A estratégia do imperialismo norte-americano é tornar essa força auxiliar em instrumento de intervenção sem limites geopolíticos. Não por acaso, o governo brasileiro expressou apreensão em relação à proposta de “atlantização”. A descoberta do pré-sal levantou a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, cuja regulamentação estabelece uma contenda em torno do direito do Brasil de explorar as reservas de petróleo na plataforma continental além das 300 milhas náuticas. A IV Frota e a OTAN “atlantizada” representariam uma força de policiamento do continente latino-americano. Recentemente, por ocasião do terremoto no Haiti, os Estados Unidos realizaram uma operação com fuzileiros por cima das forças da ONU, numa demonstração de que lá mandam os norte-americanos. As Forças Armadas da Colômbia, pouco antes, haviam atacado um acampamento das Farc na fronteira com o Equador, numa clara violação de sua soberania. O ato de guerra não teve maiores consequências devido à incapacidade econômica e militar do Equador. Há que lembrar a Guerra das Malvinas, de quase duas décadas atrás, em que os Estados Unidos apoiaram a posse das Ilhas pela Inglaterra contra o direito histórico da Argentina. O Brasil, insuflado por um novo ar de grandeza, tem em mira o rearmamento. As pressões do imperialismo, que necessita desesperadamente da ativação da indústria bélica, estão impulsionando a corrida armamentista, ao contrário das pregações pacifistas de Obama.

6. A América Latina teve o crescimento econômico golpeado pela crise, mas logo passou para a recuperação, de forma que também se distingue do quadro de retração, recessão ou de quase estancamento das potências. As críticas dos porta-vozes da burguesia imperialista recaem apenas sobre a Venezuela e Cuba, cuja queda no crescimento do PIB foi significativa e persiste. No caso da Venezuela, pesam a sabotagem interna da classe capitalista e as contradições da política nacional-reformista do chavismo. O governo burguês de Chávez se limita a estatizações pontuais na economia, paga indenizações e conserva a capacidade da burguesia, em última instância, de ditar a política econômica. Quanto a Cuba, o cerco econômico do imperialismo norte-americano é sensível. Não obstante a maior responsabilidade tem sido o isolamento histórico da revolução socialista, agravado com o processo de restauração na ex-União Soviética. Isolamento que levou à esclerose da economia agrária nacionalizada e ao bloqueio da industrialização. A degeneração burocrática do Estado é causa e consequência do bloqueio das forças produtivas socialistas. A acomodação burocrática do Estado constitui um reflexo do bloqueio das forças produtivas socialistas. Acomodação que, por sua vez, se tornou um fator decisivo da continuidade do bloqueio e da desintegração das relações de produção sob a forma da propriedade estatal. Os críticos burgueses do chavismo e do castrismo não podem falar o mesmo da situação da Bolívia que guarda identidade com o nacional-reformismo do governo venezuelano, tampouco do Equador, cuja política de Rafael Correa é menos próxima do “socialismo do século XXI” de Hugo Chávez e Evo Morales. A cantada resistência das demais economias latino-americanas à crise mundial perde seu brilho ao se observar a monumental dificuldade de crescimento nas

últimas décadas, principalmente nos anos de 1980 e parte da década seguinte. As crises do endividamento e da espiral inflacionária serviram às frações da burguesia latino-americanas para acatarem os planos do FMI e a aplicarem as diretrizes neoliberais do Consenso de Washington. As fronteiras nacionais foram mais e mais escancaradas às mercadorias do exterior. De forma que a América Latina, na década de 1990, já apresentava uma tarifa média comercial extremamente rebaixada. Observa-se, por outro lado a enorme lentidão no crescimento de suas exportações, predominantemente de matérias primas e produtos agropecuários. Contribuíram decisivamente para os interesses do imperialismo a ampla desestatização. No Brasil e Argentina, os mais industrializados, ao lado do México, as privatizações foram de um entreguismo sem paralelo na história econômica desses países. A abertura dos mercados internos e as privatizações abriram caminho para um amplo movimento de desnacionalização. O Chile serviu de modelo de aplicação das medidas neoliberais. Somente faltou sua anexação pelos Estados Unidos, que em certa medida ocorreu no México, sob o acordo de livre comércio (Nafta). A crise do endividamento foi afastada e a inflação controlada com alto custo para as economias nacionais. Os porta-vozes do imperialismo atribuem a esse processo, chamado de globalização, o feito de a América Latina estar em melhores condições para atravessar a crise que assola as potências. O que há, no entanto, é a maciça penetração do capital externo na região, a qual não se encontra nas economias industrializadas as condições para investir e valorizar-se. O capital parasitário se utiliza do atraso econômico da região, da escassa industrialização, enfim, da sua economia combinada, para promover seus negócios e interesses. A impossibilidade da burguesia semicolonial de superar os entraves históricos da industrialização a torna cada vez mais submissa às diretrizes do imperialismo. A tarefa antiimperialista de unificar a América Latina, nos marcos do capitalismo, sob a bandeira da independência, fracassou, embora o nacionalismo burguês e o reformismo pequeno-burguês insistam em construir caricaturas, do tipo Alba etc. Os países semicoloniais, portanto, não estão se fortalecendo no âmbito da economia mundial, mas se debilitando relativamente. Acabaram sendo arrastados pela crise em piores condições. Terão de pagar um tributo ainda maior ao capital financeiro.

7. Os recuos dos movimentos revolucionários latino-americanos e a crise de direção ressaltam-se - fenômeno esse mundial. Muita ilusão se tem alimentado em torno da ascensão ao poder do Estado de forças de esquerda. Mais sintomáticos, são os governos de Hugo Chávez e de Evo Morales, que, com algumas medidas estatizantes ou semi-estatizantes, comparecem como um fator esquerdizante. É evidente o esgotamento de suas pretensões reformistas. Esperava-se que o apoio das massas ao PT e a chegada de Lula à presidência dariam um grande impulso a reformas ditas democráticas e populares, nacionais e antiimperialistas. Esperava-se que a derrota eleitoral dos partidos históricos da burguesia se converteria em ponto de partida para expulsar a oligarquia dominante no poder do Estado. Ocorreu o contrário. O PT serviu de auxiliar da política de revitalização das alianças oligárquicas. Na Argentina, o decrépito peronismo serviu de canalização do descontentamento dos explorados, alimentado pela burocracia sindical gangsteril. O antiamericanismo e o latino-americanismo do governo de Kirchner não escondem o declínio econômico e social da Argentina sob o saque e as barreiras impostas pelo imperialismo. O Partido Socialista chileno, recentemente, cedeu lugar à direita depois de um longo período pós-ditadura, apoiado em uma democracia assentada nas instituições montadas pelo sanguinário e corrupto Pinochet. A

vitória da Aliança País, no Equador, liderada por Rafael Correa, foi acolhida como parte da virada latino-americana para a esquerda. A vitória contra a direita em torno da convocação de uma Assembléia Constituinte compareceu como avanço institucional que permitiria ao governo debelar a prolongada crise política e fazer as reformas nacionais, entre elas a tomada de rédeas do petróleo e a reestruturação da dívida externa. Para se delimitar dos mandos dos Estados Unidos, não renovou o contrato de permanência da base militar norte-americana de Manta. Não fez senão aumentar a participação do Estado na renda da exploração do petróleo e reestruturar o pagamento dos juros da dívida externa. Terminam aí as pretensões nacionalistas do governo Correa, que, diante da crise, lançou uma ofensiva contra os explorados. Todos esses governos de esquerda se mostram incapazes de enfrentar o capital financeiro e as multinacionais. Como demonstrou o POR boliviano, a grande pretensão de Morales sempre foi a de tornar a Bolívia em sócia do capital estrangeiro saqueador. O máximo a que chegou o mais radical de todos - Hugo Chávez - foi até esse ponto. Os governos burgueses de esquerda não são capazes de impor o controle soberano sequer das fontes de matérias primas. As ditaduras militares que cobriram a América do Sul durante vinte anos foram a solução encontrada pelo imperialismo e pelas frações direitistas das burguesias nacionais para encerrar o ciclo nacionalista. Os regimes democráticos se tornaram incapazes de processar a divisão interburguesa e de disciplinar a luta de classes. As esquerdas nacional-reformistas burguesas e pequeno-burguesas se mostravam impotentes e fracassadas em seus objetivos de conquistar o desenvolvimento econômico independente, superar o atraso e erradicar a miséria das massas. A derrocada mais estrondosa se deu com a queda do governo de Unidade Popular no Chile, constituído por meio de uma frente popular. O germe do golpismo se abrigava no seio do próprio governo de Salvador Allende. A ofensiva das diretrizes norte-americanas em toda América do Sul e Central necessitava enterrar o movimento reformista impotente. Juntamente com a falência do nacionalismo burguês, foi destroçada a esquerda pequeno-burguesa armada, inspirada no castro-guevarismo e no maoísmo. A concepção foquista da revolução não tardou em mostrar-se completamente subjetiva, divorciada da classe operária, avessa ao programa da revolução proletária e aventureira. Na Argentina, o nacionalismo pequeno-burguês arrastou grande parte da esquerda para o beco sem saída do foquismo. Para erradicá-lo, a ditadura sufocou a resistência ao golpe militar em sangue. As correntes que se reivindicavam do trotskismo, a exceção do POR boliviano, que fez um duro combate programático e tático ao foquismo, quase todas foram garroteadas pela ação aventureira. O grande responsável pelo revisionismo e pela capitulação perante o castrismo foi o Secretariado Unificado, com suas distintas vertentes de pablismo, mandelismo e morenismo. A tarefa de construir na América Latina o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, por meio de seções nacionais, acabou sendo postergada. Evidenciou-se que a crise de direção revolucionária, aberta pela destruição da III Internacional pelo estalinismo, não será resolvida sem que a classe operária e a sua vanguarda passem por duras experiências da luta de classes. É importante que se entenda a essência desse balanço à luz da situação atual. O fim do ciclo dos regimes militares deu lugar a governos eleitos que aplicaram as orientações do imperialismo, dando continuidade à penetração do capital financeiro e das multinacionais. Acabaram se confrontando com as massas, que chegaram a derrubar governos pela ação direta, como na Bolívia, Argentina e Equador. A Venezuela não percorreu o caminho das ditaduras latino-americanas, mas o governo

social-democrata de Andrés Carlos Pérez teve de sufocar um levante popular contra as medidas econômicas de defesa do grande capital. E também se livrar de tentativas de golpes militares, por onde surgiu o caudilho Chávez. Os governos esquerdizantes emergiram sob o impacto da crise econômica dos anos noventa e com o descontentamento das massas perante os governos que aplicaram os planos neoliberais. A tendência dos explorados de se confrontarem com o Estado burguês - em resposta às medidas antipopulares, o desemprego e a miséria - é canalizada para a caricatura do nacional-reformismo. Tudo indica que não há possibilidade de se alongar o ciclo de expansão econômica do início de 2000. O que abreviará a experiência com os limitados governos nacional-reformistas. Toda essa experiência frustrante dos governos nacionalistas de conteúdo burguês, com diferentes matizes "esquerdistas", não faz outra coisa senão confirmar a tese trotskista de que já não é possível o desenvolvimento dos países semicoloniais nos marcos do capitalismo.

8. O processo de restauração capitalista em Cuba vem se acentuando e constitui um poderoso retrocesso para a revolução na América Latina. A crise da União Soviética em fins dos anos 80 e começos de 90 repercutiu profundamente na Ilha. Repentinamente, a sua economia sofreu isolamento tal que a colocou em situação de declínio. Inverteu a linha de melhoria de condições de existência da população. O desemprego e o subemprego despontaram. As forças produtivas atrasadas não puderam avançar sob as novas relações de produção e distribuição introduzidas pela propriedade social. Sem um parque industrial e com uma economia agrária arcaica, Cuba não teve e não tem como resistir ao cerco do imperialismo. A excessiva dependência do mercado externo impossibilita contrabalançar com medidas internas, por um período, o círculo de fogo armado pelos Estados Unidos e Europa ocidental. O Estado burocratizado e o Partido Comunista Cubano estalinizado e esclerosado não permitem que as massas assumam com seus métodos o enfrentamento das forças restauracionistas. Em fins de 1961, quando Fidel Castro aderiu ao stalinismo, colocando-se na órbita do Partido Comunista Russo, parecia que era a única saída para o cerco dos Estados Unidos. De fato, por um período, o regime castrista usufruiu de acordos econômicos do bloco soviético, mas ao custo de impedir a democracia proletária e no lugar da ditadura do proletariado constituir uma ditadura burocrática edificada sobre a base das conquistas revolucionárias. Sem que o proletariado russo e internacional se libertasse da direção de Josef Stálin, era inevitável o desabamento da União Soviética e com ela as conquistas mundiais do socialismo. A derrota da Oposição de Esquerda Russa liderada por León Trotsky e suas conseqüências negativas para a constituição da IV Internacional impossibilitaram essa tarefa. Cuba sucumbiu à política do "socialismo em um só país", fonte de todos os nacionalismos dos partidos comunistas. Certamente, o castro-guevarismo não constituiu uma identidade mecânica com o estalinismo. Os PCs sofrem adaptações, pela direita, depois da morte de Stálin. O movimento foquista inspirado em Cuba e orientado pela Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS/1967) preconizou um rompimento com a linha pacifista dos PCs, condicionados pelo XX Congresso do PCUS, através do qual se denunciaram os crimes de Stálin e se avançou a linha da coexistência pacífica com o imperialismo. Ocorre que o castro-guevarismo levou uma parte das organizações que decidiram pela luta armada a conceber a revolução a partir da classe camponesa e por meio do método foquista. O isolamento da Revolução Cubana não poderia ser rompido senão com novas revoluções, mas não seriam estas democráticas e nacionalistas,

sob governos pequeno-burgueses "democráticos e populares", como se preconizou. O foquismo castro-guevarista refletiu o isolamento de Cuba, a sua influência sobre uma fração dos partidos comunistas e dos movimentos pequeno-burgueses nacionalistas. Diante da situação geral, refletiu a ofensiva do imperialismo, o impasse do nacionalismo burguês e o declínio dos PCs na América Latina. Sem a direção revolucionária internacional, o proletariado não tinha como assumir o comando da luta de classes, que se agrava com o desenvolvimento da crise. Em 1971, a Assembléia Popular constituída na Bolívia, dirigida pelo POR trotskista, foi destruída pelo golpe fascista de Hugo Bánzer Suárez. Os golpes militares de 1964 no Brasil e na Bolívia foram o prólogo de uma ampla investida pró-imperialista ascendente, o indicador do esgotamento do movimento nacionalista, o aperto do cerco norte-americano à Revolução Cubana e a emergência do foquismo. Não se pode entender o impulso que a revolução deu à economia, com a conquista da independência e a resolução das tarefas democráticas numa etapa, à margem do isolamento internacional que estrangulou seu desenvolvimento, do declínio do regime castrista e do impulso das tendências restauracionistas que têm levado à erradicação contra-revolucionária das conquistas proletárias do século passado. O retorno do capitalismo em Cuba reintroduzirá a miséria e as relações sociais putrefatas do capitalismo. Para que não se efetive, como se está efetivando na ex-União Soviética, Leste Europeu e China, é necessária a revolução política e a constituição do movimento revolucionário latino-americano, antiimperialista e socialista. A defesa da Revolução Cubana é estratégica para a revolução proletária. O que não se confunde como defesa, como acobertamento e como colaboração com a ditadura burocrática de Castro. A defesa incondicional das conquistas revolucionárias de 1959, que têm por base a tomada do poder pela insurreição armada e expropriação da grande propriedade dos meios de produção, contra o cerco imperialista está de acordo com a luta contra o restauracionismo castro-estalinista.

9. Bolívia constitui uma trincheira da revolução socialista na América Latina. Os últimos acontecimentos políticos levaram ao poder um caudilho gestado no movimento camponês. O pequeno, pobre e atrasado país semicolonial andino, se destaca pelo extraordinário acúmulo de experiências da luta de classes, sintetizada no programa do POR. São poucos os paralelos de levante das massas proletárias e camponesas, em outros países latino-americanos a partir da Revolução de 1952 na Bolívia, onde as massas se mobilizaram levantando as Teses de Pulacayo. Em 1979, os sandinistas de armas em mãos tomaram o poder na Nicarágua, apoiados no levante dos explorados. Constituiu-se um governo burguês, que nacionalizou parte da economia. Acabou sucumbindo às pressões do imperialismo e da oposição interna. É mais um exemplo, o nacionalismo se mostra impotente e trai as aspirações democráticas dos camponeses. O sandinismo concluiu corrompido. As ilusões das esquerdas no sandinismo, particularmente dos revisionistas do trotskismo, se mostraram distantes do Programa de Transição, da IV Internacional. Na Bolívia, o MNR se decompôs e foi para a direita. Na Revolução de 52, embora o Partido Operário Revolucionário (POR) não estivesse em condições de dirigir os explorados, que foram canalizados pelo nacionalismo do MNR, a rica experiência foi assimilada pelo marxismo-leninismo-trotskismo e passou a fazer parte da constituição do programa da revolução proletária. A crítica histórica ao nacionalismo burguês e pequeno-burguês é imprescindível. O fato do partido em construção ter penetrado no movimento operário mineiro e dotá-lo das Teses de Pulacayo nos anos 40 permitiu ao trotskismo expressar posições proletárias no seio da Revolução de 52, completa-

mente opostas ao estalinismo. O POR foi se forjando na luta contra o nacionalismo de conteúdo burguês e no enfrentamento às ditaduras militares. Na década de 70, quando o foquismo indicava a exaustão, os explorados bolivianos puseram em pé um organismo de duplo poder e de frente única antiimperialista, para cuja formação e direção política o POR teve um papel fundamental. A Assembléia Popular indicou o caminho da revolução proletária. As organizações castristas e maoístas permaneceram à margem e contra a Assembléia Popular, numa clara demonstração de que a luta armada organizada fora do movimento das massas conduzia a um beco sem saída e favorecia os ataques da reação burguesa às organizações dos explorados. O POR foi obrigado a travar uma luta renhida contra o guevarismo, que fez da Bolívia um laboratório da teoria do foco, lançando a “guerrilha” de Ñancahuazu em 1967 e a declaração da OLAS por uma revolução continental desencadeada por guerrilhas a serem organizadas em vários países. Os adversários da revolução proletária que amadurecia na Bolívia com a Assembléia popular não se limitavam, no campo das esquerdas, ao castro-guevarismo. Os revisionistas do trotskismo – fundamentalmente o pablismo, matriz do oportunismo e do divisionismo da IV Internacional - capitulou diante do castrismo e seguiu o foquismo pequeno-burguês. Não passou pela prova dos grandes acontecimentos da luta de classes na América Latina, foi varrido da Bolívia e se degenerou. As inúmeras vertentes do revisionismo e do oportunismo procuram desconhecer a luta programática, tática e estratégica do POR boliviano contra o nacionalismo e sua versão pequeno-burguesa radical. A tarefa de reconstruir a IV Internacional exige reconhecer a formação e o desenvolvimento histórico do trotskismo na Bolívia, colocar-se na mesma trincheira de combate contra as vertentes do pablismo, aplicando o Programa de Transição. Observa-se que o contrário se passa. A chegada do MAS ao governo teve uma grande repercussão em toda América Latina e obrigou a todas as correntes centristas e revisionistas a se posicionarem adotando posições democratizantes, inclusive algumas correntes chegando a apoiá-lo, enquanto que o POR combatia e combate a caricatura socialista sob máscara do indigenismo com as reivindicações dos explorados e sob a estratégia da revolução social. O que contribuiu para acelerar o processo de diferenciação política das massas diante do governo do MAS. A nova etapa da crise mundial do capitalismo e da luta de classes, certamente, exigirá da vanguarda uma avaliação crítica e autocrítica do lugar do POR para a reconstrução da IV Internacional.

10. O Brasil ocupa um lugar estratégico na revolução proletária na América Latina. Apesar do atraso no desenvolvimento das forças produtivas e de sua condição semicolonial na ordem mundial capitalista, se encontra muito à frente da maioria dos países latino-americanos. O potencial capitalista do Brasil e sua projeção internacional nas últimas décadas constituem um fator de desequilíbrio no continente. Cresceram os interesses do imperialismo em sua estrutura produtiva, comercial e financeira. Por outro lado, a burguesia brasileira aspira superpor-se ao conjunto dos países latino-americanos. Os conflitos de interesses tendem a se agravar caso a crise mundial se prolongue e se aprofunde. Com o avanço industrial no Sul e Sudeste do Brasil, formou-se uma poderosa classe operária, objetivamente contraposta ao grande capital nacional e imperialista. No campo se intensificam as contradições sociais. Conserva-se uma massa camponesa empobrecida, ou ligada ao minifúndio, ou destituída de propriedade da terra, e se expande o proletariado ligado à agroindústria. O crescimento da classe média urbana, impulsionada pelo agigantamento do setor de serviços, é um fenômeno que se assemelha ao dos países imperialistas, mas longe de alcançar homogeneidade e extensão nacional. Trata-se de uma camada que tam-

bém padece da instabilidade econômica do capitalismo. A classe operária, no entanto, não pôde em nenhuma etapa de seu desenvolvimento se organizar independentemente da burguesia. As experiências mais significativas foram em um breve período de sua formação com o anarquismo e depois somente com o Partido Comunista que se estalinizou prematuramente, tornando-se linha auxiliar do nacionalismo burguês. Inúmeras correntes foquistas se formaram a partir da crise do PCB e dos impasses do nacionalismo burguês. A ditadura militar triunfante no golpe de 1964 aproveitou para liquidar fisicamente as organizações que partiram para a luta armada. E estatizar, pela força, as organizações sindicais. As lutas operárias em fins dos anos 70 e começos de 80 indicaram que a ditadura já não podia subsistir. Na reorganização das forças políticas da burguesia para restabelecer o funcionamento da democracia formal, fundou-se o PT, a princípio como instrumento de reformas radicais capitalistas. Como parte do reordenamento sindical, fundou-se a CUT. PT e CUT foram absorvidos pela política democratizante da burguesia. Transformaram-se em instrumentos de colaboração de classes e contenção das lutas operárias e camponesas. Sobressaltam duas graves conseqüências: a estatização dos sindicatos e o divisionismo das centrais que foram se constituindo sob a influência da política burguesa e pequeno-burguesa. O estalinismo, o castrismo e maoísmo, em suas várias versões, acabaram por se colocar a reboque da caricatura reformista do PT, ou melhor, do caudilhismo de Lula. As várias versões do revisionismo da IV Internacional não escaparam das tremendas pressões vindas da ascensão do caudilho metalúrgico, do PT e da burocracia sindical da CUT. Posições que mais guardavam identidade com o Programa de Transição foram se deformando e se distanciando da tarefa de constituir o partido revolucionário. O reformismo radical petista das origens se dissolveu na forma de distribuição de migalhas aos pobres e famintos e se converteu em máscara da política burguesa do governo Lula. A crise não golpeou imediatamente o caudilhismo e o petismo. Mas poderá golpear o novo governo de Dilma Rousseff. É necessário trabalhar no seio das massas e atuar sobre suas tendências de luta. O problema fundamental reside na tarefa de organizar o partido marxista-leninista-trotskista. A superação da crise de direção não é uma tarefa nacional, mas internacional. A estruturação do POR no Brasil favorecerá a revolução socialista na América Latina e impulsionará a reconstrução da IV Internacional.

11. A crise mundial não se manifesta por igual e simultaneamente em todos os países e nem se desenvolve em linha reta. Por sua vez, a nova etapa da luta de classes também apresenta forma, extensão e ritmo distintos. Mas se verifica que as tendências da crise em evolução recrudescem de conjunto, a despeito dos países que ainda sustentam taxas relativamente elevadas de crescimento. As tentativas de administrar a bancarrota, limitando seu alcance sobre o sistema financeiro internacional, por meio de ações coordenadas no G-20, não fizeram senão retardar o processo de destruição de forças produtivas. O impasse da economia norte-americana espelha a situação geral de desintegração do capitalismo. A confluência de fatores negativos e de desequilíbrios expressa o acúmulo de uma sequência de impasses conjunturais, principalmente desde as décadas de 1960/1970, marcadas por estagnação e recessão, assim configurando um caráter mais geral da crise estrutural do capitalismo. Os instrumentos de política econômica acionados pelo Estado norte-americano para evitar uma prolongada recessão e a depressão mundial que daí adviria têm se mostrado cada vez mais limitados. A recente derrama de dólares pelo Banco Central dos Estados Unidos indica a neutralização das ações anteriores. O fato de ter sido uma decisão unilateral do governo Oba-

ma - desaprovada pela maioria dos países que compõe o G-20 - reflete a impossibilidade da burguesia imperialista de conduzir a crise sob uma coordenação coesa. Os interesses particulares do capital financeiro, industrial e comercial estão em choque, refletindo a contradição entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial. O reconhecimento dos governos imperialistas e de seus organismos internacionais da necessidade de disciplinar os poderosos bancos com novas regras (Basiléia III, remodelação do FMI, reforma de Obama) não fazem senão dar curso aos conflitos interburgueses. A anarquia da produção capitalista imperante e o agigantamento do capital parasitário rompem medidas, acordos e convenções. Podem momentaneamente, como fizeram os acordos de Bretton Woods, as convenções de regulação bancária Basiléia I e II etc, nortearem os negócios da burguesia, mas não puderam resolver as causas estruturais da crise que se enraízam na grande propriedade burguesa. A guerra comercial foi condenada por todos os governos e não faltaram compromissos de que nenhum país adotaria medidas protecionistas que agravassem a crise. Não obstante, o contrário tem prevalecido. A derrama nos Estados Unidos é o anúncio de que a guerra comercial está em pleno andamento e pode descambar para o "salve-se quem puder". Na disputa entre as potências, os países de economia atrasada e semicoloniais são os grandes saqueados e perdedores. As vantagens exibidas nos últimos anos e agora na crise se transformaram em seu contrário sob a direção das burguesias dependentes e seus governos submissos. Nesse quadro, ressaltamos o agigantamento das tendências bélicas e o método de destruir forças produtivas por meios de guerras. A oposição entre socialismo ou barbárie, desenvolvida na última fase imperialista do capitalismo, que parecia debelada no pós-guerra, logo se mostrou vigente e agora emerge mais ameaçadora com a crise mundial. A burguesia dos países imperialistas está obrigada a atacar frontalmente as conquistas sociais e a intensificar a exploração do trabalho. A jornada de greves na França com milhares e milhares ganhando as ruas confrontou-se com um governo inflexível e um parlamento dócil. As massas, no entanto, sob a direção da burocracia sindical, se estacaram às portas do parlamento. Para derrotar a reforma, teriam de aumentar sua força e caminhar para derrubar o governo de Sarkozy. A reação expôs à luz do dia as tendências de luta dos explorados não só na França como também na Europa ocidental. As várias greves deixaram transparecer a necessidade dos explorados conquistarem a unidade política e organizativa, que permite avançar a luta de classes sobre a base do programa da revolução proletária. Evidenciou-se a importância da aplicação da tática da frente única operária. O atraso das lutas mais generalizadas na América Latina e na América do Norte não significa que os explorados estão isentos da necessidade de reagir à crise. Nos Estados Unidos, o bloqueio imposto pela burocracia sindical é extraordinário, frente ao desemprego crescente e as ações do governo Obama de desvalorizar os salários. O movimento de resistência na América Latina às novas exigências das potências certamente colocará na ordem do dia bandeiras antiimperialistas. A tática que corresponde é a da frente única antiimperialista, sob a direção da classe operária. A situação econômica e política mundial recolocam a crise de direção revolucionária do proletariado em um novo patamar. Identifica-se claramente com a destruição da III Internacional e com o esfacelamento da IV Internacional. A burguesia conta com a desorganização mundial da classe operária e com os aparatos sindicais estatizados para manejar suas políticas anticrise. O retrocesso das conquistas revolucionárias do século passado, cuja expressão maior é a desintegração da União Soviética e o processo de restauração capitalista, compõem obje-

tivamente como fator da crise e da preservação do capitalismo. A crise de direção anunciada no Programa de Transição da IV Internacional não deve ser uma bandeira vazia, tantas vezes repetida pelas correntes revisionistas do trotsquismo. Trata-se de rechaçar o seu uso como muro de lamúria, compreender as leis econômicas e históricas do capitalismo putrefato, trabalhar incessantemente para traduzir o Programa de Transição no seio das massas e construir o partido marxista-leninista-trotsquista.

Conclusões

1. A crise estrutural do capitalismo põe à tona o Programa de Transição da IV Internacional. Ressalta a oposição socialismo ou barbárie;
2. Abriu-se uma nova etapa da luta de classes que coloca o proletariado como força motriz da resistência aos ataques da burguesia. Os explorados se encontram limitados pela estatização dos sindicatos e centrais;
3. A crise de direção se manifesta dramaticamente perante as condições objetivas de desintegração mundial do capitalismo;
4. As burocracias sindicais estão sob a pressão da crise e das tendências de luta das massas – a necessidade dos explorados se choca com a política de estatização dos sindicatos e de divisionismo das centrais burocratizadas. A luta pela independência política dos sindicatos perante a burguesia, pela desestatização, pela unidade organizativa e pela democracia proletária é essencial para a defesa da vida das massas e para a marcha da revolução social;
5. A reconstrução da IV se impõe como condição de militância marxista para a vanguarda mundial, o que empurra as correntes oportunistas e revisionistas a se afastarem cada vez mais do Programa de Transição e para a degenerescência organizativa;
6. A luta antiimperialista é parte da luta anticapitalista. Nos países semicoloniais, a tática que corresponde é a de unir a maioria explorada em torno do proletariado em uma frente única antiimperialista, sob o programa da revolução social;
7. Nos países de economia adiantada, trata-se de unir as massas contra a grande burguesia imperialista em uma frente única proletária. As reivindicações vitais e a resistência aos ataques da classe capitalista aos explorados devem estar entrelaçadas com o programa de tomada do poder e expropriação dos meios de produção;
8. O programa que combina as resoluções das tarefas democráticas e de independência nacional com as tarefas socialistas necessita para se materializar nos países semicoloniais da aliança operária e camponesa, da constituição de um governo operário e camponês que expresse a ditadura do proletariado.
9. O programa estratégico de unidade revolucionária da América Latina semicolonial é o dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.
10. O programa para combater o processo de restauração capitalista de Cuba é o da revolução política, da derrocada da burocracia castrista estalinizada e da constituição de um novo governo operário e camponês, apoiado em organismos da democracia operária, expressão de poder da ditadura proletária. Defesa incondicional de Cuba contra os ataques do imperialismo e de seus gendarmes na América Latina;
11. Defesa da independência de classe do proletariado diante dos governos nacionalistas burgueses. Combatê-los com a estratégia da revolução e ditadura proletárias;
12. Está colocada a tarefa de avançar, com base no Programa de Transição, a organização do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional.

Declaração do Comitê de Enlace

Pela vitória da luta estudantil chilena! É hora de avançar e lutar pela expropriação de todo o sistema privado de educação

O movimento estudantil chileno está nas ruas em choque contra a herança do regime de Pinochet que, na educação, conseguiu impor a destruição da escola pública e gratuita, cerceando um direito democrático da juventude e do povo chileno.

Faz três meses que uma onda de protestos tomou conta das ruas chilenas exigindo a reestatização das universidades públicas cujos cursos chegam a custar até US\$ 8,500.00 anuais. Retomam os combates da «Rebelião dos Pinguins» de 2006, mas, a diferença é que agora a mobilização estudantil conseguiu reunir outros setores populares com eles. A massividade combina-se com métodos radicalizados de protesto, abrindo-se a perspectiva de derrotar o governo. O governo respondeu com uma brutal repressão, prendendo quase mil pessoas e há centenas de feridos. A repressão se fundamentou no decreto de Pinochet que exige que as mobilizações sejam previamente autorizadas.

O fenômeno da privatização não é exclusivo do Chile. É parte da política geral da burguesia para a educação, imposta pelos organismos do imperialismo, expressando a decadência do capitalismo. A destruição da educação pública e o florescimento da educação privada são duas caras da mesma moeda.

Desde 1990 até 2010 o governo de Concertação que juntou socialistas, democratas cristãos e liberais, manteve a mesma orientação para a educação, do mesmo modo que o governo direitistas de Sebastián Piñera.

A mercantilização da educação responde aos interesses do imperialismo, principalmente expressa o domínio do capital financeiro.

A destruição da autonomia universitária não pode significar outra coisa que o predomínio dos interesses dos grandes grupos econômicos. Neste combate pelo direito democrático à educação, é fundamental que o movimento estudantil mantenha a independência em relação à buro-

cracia universitária e à burguesia, constituindo uma aliança com a classe operária sob o seu programa, que inclui a defesa da autonomia e o poder estudantil.

Por isso, declaramos que para o movimento estudantil chileno conseguir a vitória e derrotar a política imperialista de privatização, é necessário que intervenha a classe operária com seus próprios métodos, para quebrar a decisão do governo disposto a sustentar firmemente sua política. Está em jogo uma reivindicação que afeta os mais amplos setores populares.

A melhor forma de demonstrar a solidariedade por parte da juventude latino-americana é desenvolvendo uma poderosa campanha internacional de apoio e de luta em nossos países pela expropriação de todo o sistema privado e a criação de um único sistema público de educação, gratuito, laico e baseado na unidade entre teoria e na prática da produção social.

À burguesia e ao imperialismo em sua etapa de decomposição já não interessam mais a universalização da educação. Renunciaram a esta tarefa e atacam sistematicamente a escola pública e gratuita. Está nas mãos do proletariado agora a tarefa de defender o sistema único e a expropriação da rede privada.

Os estudantes devemos nos organizar com o programa da classe operária, defender a educação é uma luta contra a burguesia e seu Estado.

A vitória da luta estudantil chilena abrirá caminho para o fortalecimento do movimento estudantil latino-americano pela liquidação do sistema privado de educação.

VIVA A EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA PARA TODOS!

VIVA A UNIDADE DA JUVENTUDE REVOLUCIONÁRIA DE AMÉRICA LATINA!

Cochabamba, 14 de Agosto 2011

Intervenção imperialista possibilita a derrubada do governo Kadafi

As informações são de que as forças opositoras tomaram conta da última trincheira de Kadafi. Trípoli foi cercada e rapidamente invadida, sem que o governo fosse capaz de resistir militar e politicamente. A população não saiu em defesa do regime. As notícias foram que partidários da oposição, que se armou desde o levante de Benghazi, transformaram a Praça Verde em local de manifestação de apoio à derrubada da ditadura de Kadafi. A tentativa do governo de abrir os arsenais, segundo informações, fracassou. Trí-

poli não se mostrou disposta a se levantar contra as forças ocupantes que se arremessaram em último assalto para derrubar o governo.

Embora não se tenha, nesse segundo dia de avanço sobre Trípoli, a confirmação do paradeiro de Kadafi e das possibilidades de resistência de seus partidários, tudo indica que o regime chegou ao fim.

A vitória do levante, que teve início em fevereiro, somente se tornou possível com a intervenção do imperialismo. A

guerra civil demonstrou a incapacidade militar da oposição do Leste. Já estava acuada em Benghazi e praticamente esmagada quando os aviões da coligação Estados Unidos, França e Inglaterra começaram os bombardeios.

O exército líbio não teve como esboçar qualquer reação diante da máquina de guerra do imperialismo, que, por um acordo entre as potências, passou para a responsabilidade da Otan. Os bombardeios destruíram a capacidade ofensiva de Kadafi. As Forças Armadas aniquiladas foram perdendo, consequentemente, a capacidade defensiva.

Os avanços e recuos dos opositores nesses quase seis meses de confrontos permitiram ao imperialismo impor suas condições. Os aviões inatacáveis destruíam as linhas de defesa do regime e aterrorizariam Trípoli com seus bombardeios, mas as forças opositoras deveriam seguir os ditames dos Estados Unidos e seus aliados.

Econômico e financeiramente, o Estado líbio foi sufocado. Impôs-se o completo isolamento do País. Armas, treinamentos militares e recursos chegaram às mãos do Conselho Nacional de Transição (CNT). Uma vez evidenciado que os insurretos não contavam com o levante generalizado das massas líbias, principalmente na capital, e que não obtiveram potencialidade militar, a ação do imperialismo foi a de destruir paulatinamente o poderio de Kadafi.

Os bombardeios e a impotência das Forças Armadas líbias minaram moral e politicamente o regime. A ameaça de armar a população nas cidades controladas pelo governo para resistir ao avanço das forças apoiadas pelo imperialismo não passou de gesto teatral. O ditador alimentou a ilusão em uma saída negociada com as potências. Momento em que evidenciou sua fraqueza e anunciou sua inevitável queda.

O destino de Kadafi se concentrou nas mãos dos Estados Unidos e aliados. Por sua vez, o destino da oposição não foi distinto. A derrocada do regime despótico, portanto, não está se dando por obra das massas oprimidas, que, como no caso de Trípoli, permaneceram à margem. É preciso ter claro que o levante da semana de 16/2 a 23/2 em Benghazi expressou a latente revolta popular contra a ditadura da família e do clã de Muamar Kadafi. Ao não se generalizar por todo o País, impossibilitou que a guerra civil aberta no Leste se desenvolvesse no Oeste.

A revolução de cunho democrático-burguês não teve como avançar e triunfar baseada em uma insurreição popular. O isolamento de Benghazi pelo governo indicou que as condições sociais e políticas não estavam amadurecidas para a derrubada da ditadura pela força das massas. Sem a intervenção do imperialismo, a probabilidade era de uma vitória momentânea do ditador. Os insurretos armados chegaram a anunciar a intenção de organizar-se na forma de guerrilha. Tudo indicava que o esmagamento da insurgência de Benghazi, quase um mês depois de sua eclosão, não evitaria o declínio da ditadura, que não mais contava com o apoio generalizado da população e que por sua política de aproximação com as potências e que pela visível corrupção já não podia oferecer ao País senão o saque imperialista das

riquezas petrolíferas e a pobreza aos explorados.

O problema fundamental está em que o levante de Benghazi não esteve sob uma direção revolucionária, portanto, proletária. Os componentes burgueses e, sobretudo, pequeno-burgueses sequer tinham um programa democrático radical, que como tal não se voltaria tão somente contra o regime despótico mas também contra a sua política pró-imperialista. O Kadafi nacionalista e populista era fenômeno do passado. Sua ditadura se encontrava completamente divorciada dos líbios e voltada aos interesses exclusivos de camarilhas. Assim, tornara-se um instrumento das potências, interessadas no petróleo. Sem a direção revolucionária, cujos fundamentos são o marxismo-leninismo-trotskismo, a direção pequeno-burguesa estava fadada a capitular diante das ofertas do imperialismo.

É imprescindível que se diga que o CNT se constituiu como um canal da política da ONU e intervenção militar das potências. Ao invés de recorrer à guerrilha e assumir a derrota momentânea com a queda de Benghazi, agarrou-se ao intervencionismo imperialista. Está aí por que não se pode afirmar que o regime de Kadafi está prestes a ser liquidado pelas forças da insurreição Líbia. Absolutamente, não!

O imperialismo passou a ter o controle das forças rebeldes desde o momento em que edificaram o CNT como núcleo do futuro governo e utilizou seu poderio militar e econômico para desmoronar o governo de Kadafi.

Um dos fundamentos essenciais da revolução é garantir a autodeterminação da nação oprimida. O que não ocorreu e não ocorre. Kadafi, por sua vez, não pôde levantar a bandeira da autodeterminação da Líbia e ganhar as massas para a resistência antiimperialista porque já não expressava os interesses nacionais e porque já havia demonstrado fartamente seu conluio com governos das potências e com as multinacionais.

As correntes de esquerda que festejam a derrocada de Kadafi, em nome de uma revolução democrática e popular, falseiam o papel fundamental da intervenção imperialista. Os nacionalistas e estalinistas que reclamam da ação prepotente da Otan, sem mostrar que o regime de Kadafi servia ao imperialismo, não fazem senão defender a ditadura decadente.

A defesa da autodeterminação da Líbia não tem como conteúdo a sustentação da ditadura pró-imperialista que caiu em desgraça. Ao contrário, tem por conteúdo a luta antiimperialista das massas oprimidas para não somente se livrar do regime despótico como estabelecer um governo das massas oprimidas, portanto, um governo operário e camponês que expresse a ditadura do proletariado contra a oligarquia Líbia e o imperialismo.

Os marxistas internacionalistas estão obrigados a condenar a derrubada do governo Kadafi por meio da intervenção imperialista. E rechaçar a colaboração das forças opositoras com as potências colonialistas.

Fora o imperialismo da Líbia!

Pela autodeterminação da nação oprimida!